



PARECER ÚNICO RECURSO Nº 258/2019

Auto de Infração nº: 73377/2017	Processo CAP nº: 509091/18
Auto de Fiscalização/BO nº: M3931-2017-0000366	Data: 18/08/2017
Embasamento Legal: Decreto 44.844/2008, Art. 86, anexo III, código 353	

Autuado: Antonio Barcelos Monteiro	CNPJ / CPF: 510.983.696-53
Município: Brasilândia de Minas	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MASP	ASSINATURA
Isabela Pires Maciel Gestora Ambiental com formação jurídica	1402074-7	Isabela Pires Maciel Gestora Ambiental Masp: 1.402.074-7
Renata Alves dos Santos Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1364404-2	Renata Alves dos Santos Coord. do Núcleo de Autos de Infração
Sérgio Nascimento Moreira Diretor Regional de Fiscalização Ambiental	1138311-4	Sérgio Nascimento Moreira Gestor Ambiental MASP 1.380.348
Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual	1138311-4	Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual SUPRAM NOR Masp 11383114

1. RELATÓRIO

Na data de 18 de agosto de 2017, foi lavrado pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) o Auto de Infração nº 73377/2017, que contempla as penalidades de MULTAS SIMPLES e de APREENSÃO DE BENS, por ter sido constatada a prática das seguintes irregularidades, previstas no artigo 86, anexo III, código 353, do Decreto Estadual nº 44.844/2008:

1 – “Transportar produtos e subprodutos da flora oriundos de floresta plantada ou mata plantada, sem documento de controle, na forma que estabelecer o órgão ambiental. Sendo transportado 110 MDC (metros de carvão).”

Em 31 de agosto de 2018, a defesa apresentada foi decidida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas, sendo mantida as penalidades aplicadas.

O Autuado foi devidamente notificado de tal decisão e apresentou recurso, protocolado dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto pelo art. 66, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, portanto, tempestivo, no qual alega, em síntese, o seguinte:

1.1. Deve ser assegurado ao recorrente o contraditório e a ampla defesa;

1.2. O recorrente possuía GCA, autorizando o percurso saindo da fazenda Br 120 Br 040 até a Fergasul em Sete Lagoas;

1.3. O autuado acabou errando o caminho do percurso por mero descuido e falta de atenção;

1.4. Ausência de perícia técnica, para aferir se houve efetivamente prejuízo aos recursos naturais e em que proporção esse se deu;



1.5. A conduta do recorrente não trouxe nenhuma consequência para a saúde pública ou meio ambiente e o autuado é primário e tem bons antecedentes;

1.6. O valor da multa não corresponde ao previsto na legislação;

1.7. Requer o parcelamento da multa aplicada.

2. FUNDAMENTO

Os argumentos apresentados no recurso são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizar o Auto de Infração em questão. Não obstante, consideramos oportuno tecer as seguintes considerações:

Ressalte-se que a maioria dos argumentos utilizados pelo recorrente apenas são repetições da defesa apresentada anteriormente, motivo pelo qual é necessário reiterar os argumentos já expostos no Parecer Único nº 1403/2018.

2.1. Da regularidade do Auto de Infração

O recorrente alega que deve ser assegurado ao autuado o contraditório e a ampla defesa. Não obstante tal alegação, cumpre ressaltar que o procedimento de análise do Auto de Infração assegura a ampla defesa e o contraditório, bem como oportuniza prazos para defesa e recurso, momento em que são analisadas as argumentações e provas apresentadas pelo autuado, tudo em plena consonância com os princípios constitucionais supracitados.

Imperioso destacar que no Estado de Minas Gerais, as normas referentes à tipificação e classificação de infrações às normas de proteção ao meio ambiente, bem como os procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, estão devidamente estabelecidas no Decreto Estadual nº 44.844/2008, vigente à época dos fatos, e no Decreto Estadual nº 47.383/2018.

Destaca-se que não procede a alegação de que o Auto de Infração é omissivo quanto às observações incumbidas ao agente fiscalizador, previstas no art. 27 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, pois, diferentemente do alegado na defesa, todas as circunstâncias constantes nos referidos artigos foram observadas durante a realização da fiscalização e na lavratura do respectivo Auto de Infração, não existindo qualquer comando legal que determine que as mesmas sejam consignadas expressamente no Auto de Infração em apreço.

Segundo estabelecido no aludido Decreto, as circunstâncias mencionadas na defesa tratam de critérios que devem ser observados durante a realização da fiscalização e na lavratura do respectivo Auto de Infração, na forma definida naquela norma legal. Senão vejamos:

"Art. 27 [...]"

§ 1º O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar notificação para regularização de situação, auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pela SUCFS, SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes:

[...]

III – lavrar notificação para regularização de situação, auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:

a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos;



- b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;
c) a situação econômica do infrator, no caso de multa; (sem destaques no original)

Assim, diferentemente do alegado, todas as circunstâncias legalmente exigíveis foram observadas durante a realização da fiscalização e na lavratura do respectivo Auto de Infração, razão pela qual os argumentos da defesa não são suficientes para descaracterizar o Auto de Infração.

2.2. Da Infração

Em que pese a alegação de que o recorrente possuía GCA, porém acabou errando o caminho do percurso por mero descuido e falta de atenção, o mesmo não é apto a descaracterizar o presente Auto de Infração.

Conforme consta expressamente no Boletim de Ocorrência que fundamentou a autuação, em fiscalização, realizada em 18/08/2017, foi constatada a ocorrência da infração prevista no art. 86, anexo III, código 353, do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

As simples alegações do recorrente não se coadunam com a verdade dos fatos, conforme fiscalização realizada *in loco* pelos agentes autuantes. O Boletim de Ocorrência deixa claro que foi verificado que o recorrente transportava 110 metros de carvão de origem plantada e que o veículo estava totalmente fora de rota e o que o próprio recorrente afirmou ter carregado a carreta com o referido carvão vegetal em uma fazenda próximo a fazenda Salva Terra no município de João Pinheiro.

Desta forma, verifica-se que os dados constantes no documento de controle ambiental, ou seja, na Guia de Controle Ambiental, não condiz com o que foi verificado *in loco* pelos agentes autuantes.

Portanto, as alegações promovidas pelo recorrente não são capazes de desconstituir os fatos encontrados no momento da fiscalização, uma vez que o autuado transportava 110 metros de carvão de origem plantada sem o devido documento de controle ambiental.

Vale mencionar que, dentre os Princípios da Administração Pública, está elencado o da Presunção de Legitimidade, segundo o qual todo ato emanado da Administração Pública encontra-se inseparavelmente ligado à Lei, que lhe dá suporte de validade.

Como é sabido, a presunção de legitimidade ostenta a prerrogativa *iuris tantum* de fazer prevalecer a sua pretensão até prova em contrário, pois se supõe legais e verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública na execução de suas atividades administrativas.

Por se tratar de presunção relativa de legitimidade e, por conseguinte, admitir prova em contrário, o efeito prático de tal presunção é o de inverter o ônus da prova. Assim, o ônus de provar que não praticou a infração verificada, constatada pelo órgão ambiental, compete ao Autuado.

Nesse diapasão, trazemos à baila o seguinte ensinamento do renomado doutrinador e administrativista Edis Milaré:

"Em virtude desse atributo, o ônus da prova é carregado ao suposto infrator, a quem incumbe desconstituir o auto de infração, demonstrando estarem ausentes os pressupostos jurídicos da responsabilidade administrativa". (MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. Doutrina-Jurisprudência-Glossário - 3ª edição revista. São Paulo: RT, 2004. Pág. 697.)



2.3. Da Alegação de Ausência de Dano Ambiental

O recorrente alega a inexistência de dano ambiental, entretanto destaca-se que infração ambiental é toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas, não sendo necessária a presença de dano ambiental para a sua configuração.

Ademais, tratando-se de Direito Ambiental, em razão da peculiaridade do bem jurídico tutelado, aplicam-se os Princípios da Precaução e da Prevenção, sendo perfeitamente aceitável que o legislador considere ilícita conduta que, por si só, tenha potencialidade de causar riscos maiores e provavelmente irreversíveis à manutenção da qualidade ambiental, independentemente da efetiva ocorrência de dano.

Nesse sentido explica Édís Milaré:

A essência da infração ambiental não é o dano em si, mas sim o comportamento em desobediência a uma norma jurídica de tutela do ambiente. Se não há conduta contrária à legislação posta, não se pode falar em infração administrativa.

O dano ambiental, isoladamente, não é gerador de responsabilidade administrativa; contrario sensu, o dano que enseja responsabilidade administrativa é aquele enquadrável como o resultado descrito em um tipo infracional ou o provocado por um comportamento omissivo ou comissivo violador de regras jurídicas. (grifo nosso)

(MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 357)

Cumprе ressaltar, ainda, que a ocorrência de dano ambiental é, em muitos casos, situação agravante da infração, e não requisito essencial para a sua configuração.

Dessa forma, a ausência de degradação ambiental não exonera o recorrente da consequente penalização, uma vez que a conduta do mesmo se enquadra perfeitamente ao tipo descrito na norma.

2.4. Da perícia realização de perícia

O Decreto Estadual nº 44.844/2008, que estabelecia os procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades no Estado de Minas Gerais, à época da autuação, não previa, além da vistoria *in loco*, a necessidade de realização de qualquer outro exame técnico para a constatação de infrações ambientais, sendo as mesmas verificadas durante a fiscalização no empreendimento e devidamente relatadas em Boletim de Ocorrência específico. Vejamos:

"Art. 30. Realizada a fiscalização, será lavrado de imediato o auto de fiscalização ou boletim de ocorrência, registrando-se os fatos constatados e as informações prestadas, observadas as diretrizes do inciso III do art. 27".

Neste sentido, também estabelece o art. 61, do atual Decreto Estadual nº 47.383/2018:

"Art. 61 – A lavratura de auto de infração dispensa a realização de perícia pelo órgão ambiental, cabendo o ônus da prova ao autuado".

Portanto, a ausência de perícia técnica não é apta a eximir o recorrente das penalidades aplicadas, por falta de embasamento para tanto, sendo certo que o empreendimento foi fiscalizado pela equipe da Polícia Militar de Minas Gerais, que verificou, *in loco*, todas as questões ambientais inerentes ao empreendimento.

Ademais, importante ressaltar que a perícia requerida pelo recorrente, na realidade, deveria ter sido elaborada por profissional habilitado contratado pelo próprio autuado e apresentada por ocasião da defesa, uma vez que compete à este provar que não existiram os fatos relatados no Boletim de Ocorrência, e, no Auto de Infração em análise.



2.5. Da inaplicabilidade do princípio da Insignificância

Não pode prosperar a alegação de que a irregularidade apontada no Auto de Infração está agasalhada pelo Princípio da Insignificância, vez que o próprio Decreto Estadual nº 44.844/2008, art. 86, anexo III, código 353, definiu que se trata de infração considerada grave.

Por tal motivo, não é admissível que uma infração de natureza grave, prevista em norma ambiental vigente, possa ser considerada insignificante, conforme tenta fazer parecer a defesa.

2.6. Do valor da multa

Quanto ao valor da multa aplicada, certo é que a multa foi fixada considerando os valores mínimos estabelecidos no art. 66, do Decreto nº 44.844/2008, considerando o tipo de infração verificada (art. 86, III, código 353), a quantidade de MDC de carvão transportado (110 MDC), bem como a ausência de reincidência do recorrente.

Nesse diapasão, impende destacar que o valor da multa vem sendo corrigido anualmente pelo Estado de Minas Gerais desde 2008, sendo que, na data da autuação, o montante estava atualizado, de acordo com a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2463, de 10 de fevereiro de 2017.

Assim, ante a constatação do transporte de 110 MDC de carvão de origem plantada sem o devido documento de controle ambiental, o valor da multa simples é justamente o de R\$16.326,55, conforme consta no Auto de Infração, não existindo motivo para o inconformismo do autuado.

2.7. Do Parcelamento do Débito

Quanto ao parcelamento do débito, deverá ser requerido ao órgão ambiental, após decisão administrativa definitiva do processo em análise, devendo atender os critérios previstos no Decreto Estadual nº 46.668/2014.

Portanto, conforme restou demonstrado, a lavratura do Boletim de Ocorrência e do Auto de Infração, bem como a aplicação das penalidades em análise, se deram em expresse acatamento às determinações da legislação ambiental vigente.

3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pela defesa, e a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração, remetemos os presentes autos à URC COPAM Noroeste de Minas, nos termos art. 73-A do Decreto Estadual nº 47.042/2016, sugerindo a **MANUTENÇÃO** das penalidades aplicadas.